Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 11 de janeiro

Protege arrecada mais de 50% acima do total de 2018

RECEITA Em 11 meses de 2019, valor do Fundo de Proteção Social já supera o registrado em todo o ano anterior; contribuição empresarial influencia

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

Entre 2018 e 2019, o volume arrecadado pelo Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás) aumentou 51%, saltando de R$ 495,396 milhões durante todos os 12 meses de 2018 para R$ 748,733 milhões entre janeiro e novembro do ano passado. Com o incremento, a participação do fundo na arrecadação total do Estado saiu de 2,6% para 3,93% na mesma comparação. A contribuição obrigatória de empresas beneficiadas por programas de incentivos como o Produzir e Fomentar, que recentemente foi prorrogada por uma nova lei, é um dos fatores que influenciaram esse aumento.

Conforme a Lei 14.469, de julho de 2003, que criou o fundo, o Protege foi instituído para fins de combate à fome e erradicação da pobreza, sendo destinado a provisionar recursos financeiros às unidades executoras de programas sociais. Considerando dados do Portal da Transparência da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE), 2019, mesmo ainda sem os dados fechados de dezembro, já despontava como o melhor ano em montante arrecadado nos últimos cinco anos, pelo menos.

Foi justamente em 2019, ano dessa expansão, que entrou em vigor a Lei 20.367/2018 que prevê para os períodos de apuração de abril de 2019 a março de 2020, contribuição para o Protege Goiás, condicionante à fruição dos Programas Fomentar, Produzir e seus subprogramas, de 15% aplicado sobre o valor do benefício do primeiro até o sexto mês da produção dos efeitos financeiros da lei e 14% a partir do sétimo mês, decrescendo um ponto porcentual a cada mês.

Dados do Portal da Transparência apontam que foi a partir de maio que os principais aumentos de arrecadação do Protege foram registrados no ano passado. Enquanto em janeiro a receita do fundo foi de R$ 42,807 milhões, no quinto mês de 2019 foram arrecadados R$ 78,775 milhões. E os valores registrados nos meses seguintes, com exceção de julho, foram ainda maiores (*veja quadro*).

O montante arrecadado no ano passado com o Protege não se restringe ao que está especificado no site. A secretária de Economia do Estado, Cristiane Schmidt, estima que a receita do fundo se aproxime de R$ 2 bilhões em 2019. À reportagem, ela explicou que o valor que consta na publicação não inclui 2% do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços) de alguns produtos, como energia elétrica, gasolina, óleo diesel, refrigerantes e bebidas, que também são destinados ao fundo.

Do montante que consta como arrecadação do Protege no Portal da Transparência, Cristiane diz que as fontes de recursos são crédito especial para investimento, contribuição do Fomentar/Produzir com porcentual variável, doações e contribuição de até 15% aplicado sobre o valor do incentivo que passou a ser cobrado do setor produtivo em abril do ano passado.

Segundo a secretária, considerando as fontes da arrecadação especificadas como do Protege no portal, a previsão é que essa receita do fundo chegue a R$ 834 milhões, ao considerar resultados preliminares de dezembro. Outros R$ 1,19 bilhão são calculados como recursos a serem somados ao fundo via 2% de ICMS, chegando ao total previsto de cerca de R$ 2 bilhões.

Cristiane diz que o crescimento da arrecadação do Protege tem acontecido ano a ano e que a alta de 2019 se deve não somente à Lei 20.367/2018. Ela cita que o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás cresceu e as empresas faturaram mais. Para 2020 "a gente imagina que tenha R$ 2,4 bilhões no total. Aumento de 20% a 25%, boa parte puxado pela nova lei (aprovada na Assembleia Legislativa), mas espera-se que a economia vá crescer".

CONTINUA NA PÁGINA 6 ▶

> *"A gente imagina que tenha R$ 2,4 bilhões, aumento de 20% a 25%, boa parte puxado pela nova lei, mas espera-se que a economia vá crescer"*
>
> **Cristiane Schmidt, secretária de Economia do Estado, estimando receita do Protege em 2020**

Ampliação

Antes mesmo do fechamento dos dados de 2019, arrecadação do Protege já se apresentava 51% superior a de 2018 e se despontava como a maior dos últimos anos

ANO	ARRECADAÇÃO ESTADUAL - TOTAL (R$)	PROTEGE (R$)**	PARTICIPAÇÃO DO PROTEGE NO TOTAL (%)
2014	2.316.082.713,78	175.993.462,80	0,79
2015	2.052.408.540,87	243.070.461,56	1,1
2016	2.402.754.677,66	501.458.935,31	2,13
2017	1.730.263.884,64	593.484.686,43	3,3
2018	1.706.386.865,22	495.396.170,09	2,6
2019*	1.924.231.636,89	748.733.622,50	3,93

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO EM 2019**

MÊS	VALOR (R$)
Janeiro	42.807.918,31
Fevereiro	37.230.374,03
Março	38.518.610,60
Abril	41.744.593,53
Maio	78.775.894,99
Junho	87.661.688,53
Julho	76.900.068,05
Agosto	86.094.180,94
Setembro	86.383.110,54
Outubro	84.634.423,10
Novembro	87.982.759,88
TOTAL	748.733.622,50

Fonte: Portal da Transparência da Controladoria Geral do Estado / dados atualizados até 10/01/2020

*Soma de janeiro até novembro

**Não foram considerados recursos referentes a contribuição de 2% do ICMS também destinados ao fundo

REFORÇO

Obrigação de empresas beneficiadas pelo Produzir e Fomentar contribuir com o fundo foi ampliada

COMO É

A Lei nº 20.367, de 11 de dezembro de 2018 prevê

Para os períodos de apuração de abril de 2019 a março de 2020, que o porcentual da contribuição para o Protege Goiás, condicionante à fruição dos Programas Fomentar, Produzir e seus subprogramas, será de 15% aplicado sobre o valor do benefício do primeiro até o sexto mês da produção dos efeitos financeiros da lei e 14% a partir do sétimo mês, decrescendo um ponto porcentual a cada mês.

COMO FICA

A Lei 20.677, de 26 de dezembro de 2019, alterou a Lei 20.367/2018

Foi mantida a previsão da forma de contribuição prevista até março de 2020, mas ela prorrogou, indeterminadamente, o período de contribuição das empresas beneficiadas pelos programas de incentivos e fixou um porcentual único da taxa, que, a partir de abril de 2020, será de 15%.

Por ora, os efeitos da nova legislação estão suspensos em função de liminar deferida pela Justiça em 30 de dezembro.



Setor produtivo reclama de lei que estende contribuição

Do montante total previsto de arrecadação para o Protege em 2019, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, estima que o porcentual recebido por meio da Lei 20.367/2018, que prevê até 15% de contribuição do setor produtivo, represente em torno de 40%.

No final do ano passado foi promulgada a Lei 20.677, atualmente suspensa em razão de liminar da Justiça, estendendo indeterminadamente essa contribuição que se encerraria em março e fixando em 15% a taxa de contribuição. A mudança causou protestos do setor produtivo.

Presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage de Siqueira Filho diz que a contribuição do setor ao Protege, que terminaria neste ano, foi um acordo do segmento com o governo, como uma colaboração para que o Estado tivesse tempo de colocar as contas em dia. "De repente tivemos a surpresa desse projeto de lei, porque não houve diálogo e, logicamente, pode levar à adoção de medidas pelos empresários."

Enel atende demanda, mas ainda deve em qualidade

DISTRIBUIÇÃO Em 2019, companhia cumpriu até a mais a primeira meta firmada com Estado; tempo sem energia, porém, foge aos limites definidos em regiões goianas, previstos em plano

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O que a Enel Distribuição Goiás se comprometeu a fazer em termo de compromisso assinado com o Estado para acelerar investimentos, ela afirma que fez em 2019. A distribuidora ampliou oferta de carga para atender a demanda reprimida, realizou instalação de bancos capacitores e novas conexões rurais. E conseguiu ultrapassar em até 7% as metas combinadas em agosto do ano passado.

Mas se o consumidor goiano não sentiu diferença, pode ser por conta do que está fora do termo de compromisso, a qualidade do serviço da distribuidora. O tempo sem energia de outubro a novembro – último mês com dados divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – aumentou além do esperado com as chuvas e maior número de raios.

Ações para prevenir a longa espera pelo retorno da energia, inclusive no período chuvoso, fazem parte de plano emergencial. Ele foi o primeiro documento com metas assinado pela Enel no ano passado (em fevereiro) e do qual o termo com o governo estadual é um aditivo. Segundo o presidente da empresa, José Luis Salas, eles caminham em paralelo e o foco é cumprir o que se comprometeram a fazer até agosto de 2020.

A Aneel ainda analisa, juntamente com a Agência Goiana de Regulação (AGR), o que foi realizado pela empresa das metas estabelecidas para o ano passado para então divulgar o que foi ou não atendido. Porém, ao POPULAR, Salas adiantou que, no caso do termo de compromisso, a empresa teve avanço de 104%.

"Foi um trabalho bem arrojado com metas e no sentido de que, por exemplo, no caso da demanda reprimida, entregamos três grandes subestações em que o processo de construção é de 15 a 18 meses e conseguimos fazer essas obras em menos de 14 meses", explica ao citar que conseguiram superar o esperado para dezembro de 2019.

OBRAS

Foi com obras estruturais entregues no mês passado, como construção e ampliação de subestações, que a Enel pode ter conseguido atingir o compromisso de 2019 assinado com o

No pé da Enel

Veja o que a distribuidora já cumpriu do termo assinado com Estado em agosto de 2019

O que é?	O que AGR já atestou	Quanto a empresa diz ter cumprido	Compromisso do termo de acordo	Quanto deve somar com as próximas metas
BANCO DE CAPACITORES				
Instalação de equipamentos que controlam oscilações e eliminam energia reativa excedente, faz com que toda a capacidade passe a ficar disponível. Em Megavolt-ampère-reativo (MVAr)	Até novembro de 2019: **138,69** MVAr	Até dezembro de 2019: **222** MVAr	Até dezembro de 2019: **207** MVAr	Até fevereiro de 2020 **407** MVAr; Até dezembro de 2020 **486** MVAr; 2021 **569** MVAr; 2022 **658** MVAr; 2023 **706** MVAr
CONEXÕES RURAIS				
Disponibilização de conexão com rede de energia a consumidores e que envolve construção de rede de média tensão	Até novembro de 2019: **610** conexões	Até dezembro de 2019: **709** conexões	Até dezembro de 2019: **700** conexões	2020 **5,7 mil** conexões; 2021 **15,3 mil** conexões; 2022 **21,3 mil** conexões
ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA				
Construção de obras estruturais, como subestações, para disponibilizar mais carga para consumidores que tenham demanda por ela. Em Megavolt-ampère (MVA)	Novembro de 2019: **19** MVA	Até dezembro de 2019: **102** MVA	Até dezembro de 2019: **100** MVA	2020 **315** MVA; 2021 **406** MVA; 2022 **462** MVA

Fonte: Enel Distribuição Goiás / AGR

liberação de 102 megavolt-ampères (MVA); no caso dos bancos capacitores, atingiu 7% além da meta com 222 megavolt-ampère-reativo (MVAr) e as conexões rurais chegaram a 709, enquanto o compromisso era de 700 – ou 690 segundo controle da empresa –, um acréscimo de 1,29%.

Com isso, Salas explica que adiantaram o que será preciso entregar em fevereiro e dezembro de 2020, que são as próximas datas com metas definidas para a distribuidora. Na parte que estão mais à frente, a instalação de bancos de capacitores, que eliminam uma espécie de corrente fantasma e faz com que a capacidade do sistema passe a ficar disponível, houve avanço maior porque fornecedores adiantaram a entrega dos equipamentos e a parte de serviços já estava contratada.

Especialmente para o caso do atendimento de novas conexões de clientes que aguardam carga – à época da assinatura do termo era o principal ponto reclamado pelo governo –, a empresa depende de novas obras que serão entregues para conseguir cumprir o acordo. A previsão é de entrega de carga para duas indústrias, já que as finalizações só foram ocorrer no último mês do ano.

> *"Foi um trabalho bem arrojado com metas*

> *"Tem de analisar o ano fechado e tirar componentes de sazonalidade e ver o que realmente melhorou e piorou"*
>
> **Adriano Rocha Lima, secretário de Desenvolvimento e Inovação de Goiás**

é exatamente o ponto que causa hoje maior desgaste à companhia. Passou a ser principal foco da cobrança do governo de Ronaldo Caiado (DEM) à medida em que as horas no escuro aumentaram no interior do Estado com o início das chuvas.

As conexões rurais realizadas pela empresa são consideradas complicadas e "quase uma obra a cada cliente", como descreve José Luis Salas. "Tenho de instalar ou construir um quilômetro de rede de média tensão". Por outro lado, também é ponto que ajuda a melhorar a qualidade da distribuição.

Sobre o desempenho da Enel, o secretário de Desenvolvimento de Goiás, Adriano Rocha

firmado de 2019 assinado com o Estado e com direito a um salto nos últimos dias restantes. Até novembro, relatório da AGR mostrava que faltavam ao menos 23% para que isso ocorresse.

Dos três pontos do termo, o presidente informa que para redução da demanda reprimida a Enel entregou 2% a mais, com

(...), no caso da demanda reprimida, entregamos três grandes subestações"

José Luis Salas, presidente da Enel Goiás

do. Ao todo, a companhia informa que serão 121 ampliações e melhorias de subestações em 2020.

Em dezembro, entregou duas novas (Mineiros e Santana) e ampliou a de Trindade. E a diferença foi grande. Mas a Enel teve de mudar projetos de obras para adiantar a entrega

FLEXIBILIZAÇÃO

Segundo o presidente da Enel Goiás, as obras entregues ajudam, além do atendimento à demanda reprimida, a dar maior flexibilização a operação para ter qualidade e menor número de falhas. A falta de energia por longo período de tempo

Lima afirmou que além de investimentos há pontos na gestão que afetam indicadores. "Tem de analisar o ano fechado e tirar componentes de sazonalidade e ver o que realmente melhorou e piorou, o retorno do investimento e o que teve efetividade para tomar uma ação mais definitiva quanto a essa situação."

Aneel analisa ações junto à Enel

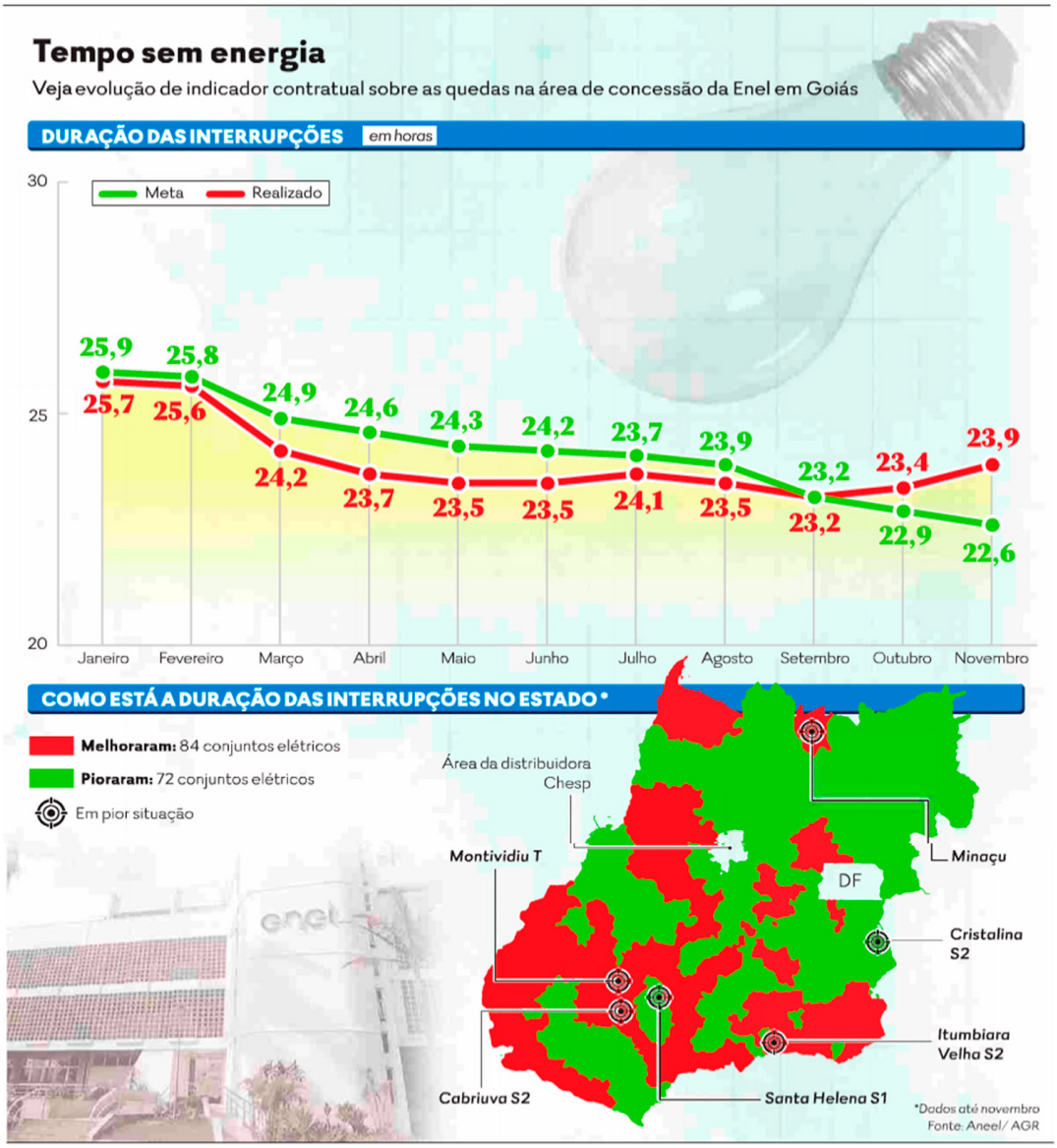
Todo mês o desempenho da Enel Distribuição Goiás deve ser analisado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mas em janeiro o acompanhamento vai além. Está em curso plano emergencial para acelerar melhorias e, em dezembro de 2019, terminou o prazo para a empresa atender algumas das solicitações tanto referentes a quedas de energia quanto a investimentos acordados em termo firmado com o Estado, que é parte do primeiro documento assinado.

Ações junto à empresa podem ser tomadas pelo órgão caso o desempenho não tenha sido o esperado. As interrupções de fornecimento de energia, por exemplo, passaram a ter uma piora a partir de outubro com o início do período chuvoso no Estado. Sobre esse indicador, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, chegou a afirmar em dezembro, ao *Valor Econômico*, que a agência estava na fase de elaboração de termo de notificação para seguir o rito e ver se haveria ou não auto de infração contra a distribuidora.

Questionado pela reportagem sobre como está o caso, o órgão informou por nota que o plano emergencial, que está em curso desde março, "prevê a realização de ações e obras, além do estabelecimento de metas para os indicadores de continuidade e comerciais para agosto de 2020, com um controle intermediário em dezembro de 2019". Assim, todo o conjunto deve ser avaliado, das quedas de energia até os problemas com faturas.

"O controle intermediário referente aos resultados até dezembro de 2019 está em análise pela agência. A decisão da Aneel sobre novas ações junto à empresa dependerá do desempenho e da tendência observada", diz o texto. Os processos de fiscalização em curso ainda estão sob responsabilidade da Agência Goiana de Regulação (AGR), que é conveniada da Aneel em Goiás e acompanha a execução do plano e do termo.

O presidente da Enel, José Luis Salas, informou à reportagem que a distribuidora atendeu as metas de 2019 do termo de acordo firmado com o Estado e até ultrapassou o que foi pedido. Já sobre o plano emergencial, a expectativa é de até agos-



Algumas localidades como Santa Helena, Montividiu e Cabriúva estão acima de cinco vezes do limite regulatório", pontua.

Por outro lado, onde há maior número de habitantes, como nas regiões próximas a Goiânia e Entorno do Distrito Fede-

72

de 156 conjuntos pioraram no que se refere à duração das quedas de energia em novembro do ano passado, na comparação com o mesmo mês de 2018, diz Sedi

Ele completa que a cada ano essa resiliência com os investimentos feitos começará a ser percebida, pois um valor importante em quilômetros de rede melhorado ajudará a dar força e vida útil diferente.

Essa conversão, de acordo

da Sedi ao dizer que em paralelo ao plano e ao termo de acordo há "outras coisas no meio Legislativo em curso". Um projeto de lei ainda tramita na Assembleia Legislativa, para anular o contrato de concessão da Enel.

Há outras pressões pelo au-

to de 2020 entregar o que ficou firmado, o que inclui duração e frequência global das quedas e também os indicadores por conjunto elétrico.

INTERIOR

Na última análise da AGR, referente ao mês de novembro, o secretário de Desenvolvimento e Inovação de Goiás (Sedi), Adriano Rocha Lima, afirma que foi observada piora especialmente no que se refere à duração das quedas de energia. De 156 conjuntos, 72 tiveram piora, quando se compara ao mesmo mês de 2018. "Não só não melhoraram como pioraram. Se olhar no mapa os lugares em que houve piora estão concentrados no Centro-Sul do Estado e alguma coisa no Norte. ral, são localidades com melhora no desempenho. "O problema é realmente crítico. Não adianta só o atender o investimento – apesar de não sabermos ainda se foi cumprido", defende o secretário ao citar que melhoria na gestão é que de fato pode mudar a situação da distribuição de energia na área de concessão da Enel no Estado.

A frequência com que ocorrem as quedas é indicador que está mais controlado, como reconhece Adriano. Porém, ele pontua que o preocupante são os dias de espera para que a energia retorne. O que ainda ocorre. "Menos de 30% dos conjuntos elétricos estão dentro dos limites da regulação. Isso é o que efetivamente gera todo esse caos e

mesmo mês de 2018, diz Sedi

embate." Ele cita a alta no número de reclamações contra a distribuidora como outro ponto que reforça que ainda é preciso mais esforço para mudar o cenário do serviço. Equipes em campo e ações preventivas, segundo ele, é que devem ajudar a reduzir o tempo sem energia.

RESILIÊNCIA

Com novas conexões rurais e obras entregues, José Luís Salas explica que empresa começa a reconstruir uma rede que está deteriorada para que ela passe a ser mais resiliente. "Ao final, vai começar a levar para o cliente uma estabilidade do serviço." com ele, ajuda a aguentar a agressividade do clima, ventos e descargas elétricas. Por outro lado, lembra que a empresa aumentou o número de equipes em campo para atendimento emergencial. Assim acredita que o conjunto de trabalho e obra possa converter o cenário atual com efetiva melhora do serviço que é entregado.

"Acho que a fotografia até dezembro será relevante para tirar conclusões menos subjetivas, saber o que é feito e o que não e partir para algo concreto. E não ficar com troca de informações enquanto o problema continua como está. Se depois de tudo continuar com tendência ruim, a gente tem de tomar alguma ação", defende o titular mento de reclamações de consumidores do interior goiano. Esta semana, o Procon Goiás aplicou multa no valor de R$ 9,176 milhões à concessionária por causa da conclusão de dois processos administrativos de investigação que apuram a má prestação de serviço.

O Ministério Público Federal (MPF) também acompanha esse desempenho da distribuidora. Em dezembro, instaurou um procedimento para apurar a qualidade da prestação de serviço. Uma investigação que foi iniciada após representação protocolada pelo deputado estadual Alysson Lima, integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Alego que investigou a Enel em Goiás.